

Aquém da estagnação: o ciclo de crescimento e crise desde 2004 y 2010 no Brasil

*Beyond stagflation: the cycle of growth and crises
since 2004 to 2010 in Brazil*

Luiz Augusto E. Faria*

RESUMO

O governo de Lula da Silva trouxe uma novidade ao processo de desenvolvimento do Brasil, a inclusão social e o combate à miséria, experiência que só teve equivalente na história por ocasião dos dois mandatos de Getúlio Vargas. Como ocorrera naquela ocasião, uma enorme resistência se opôs às iniciativas sociais do governo. Se ao longo do século XX uma força proeminente dessa oposição contou com o apoio externo na forma da intervenção dos EUA, no presente é o poder da finança internacionalizada que organiza a classe dominante em oposição. Interpretar esse processo é objetivo do trabalho. Num primeiro momento vai-se buscar compreender a natureza da onda de crescimento ocorrida entre 2004 e 2010, a partir da proposição de uma equação do crescimento brasileiro de inspiração marxista. Em seguida, as causas da desaceleração que se seguiu serão identificadas e as ações para fazer-lhe frente analisadas. Por fim, os interesses afetados pelos resultados desse percurso de crescimento e crise, seus efeitos sobre o alinhamento das forças sociais internas, seus vínculos internacionais e em relação ao governo serão avaliados. As alternativas possíveis para o desenvolvimento do Brasil nesta segunda década do século só poderão ser estabelecidas a partir da compreensão desse movimento e do confronto de interesses entre as classes sociais cuja luta anima a vida política do país.

Palavras-chave: desenvolvimento, crescimento econômico, crise, Brasil

ABSTRACT

The government of Lula da Silva brought something new to the development of Brazil, through the social inclusion and the fight against poverty. This was something that had only been done once before, during the two terms of Getúlio Vargas. At that time there was a big opposing force to the social initiatives of the government. During the 20th century those opposing groups got a lot of help in the form of an intervention by the United States, these days the power of international finances is the one that organizes the opposition. The aim of this paper is to interpret that process. In the first part we try to understand the nature of the growth waves that happened between 2004 and 2010. We start by formulating an equation of the Brazilian growth that was inspired by Marxism. Then we identify the causes that slowed down that growth and analyze the actions needed to deal with them.

Finally we analyze the interests that were affected by the results of that growth and subsequent crisis, their effects on the alignment of the internal social forces, their international relationships, and their relation to the government.

The available alternatives for the development of Brazil in this second decade can only be establish through the understanding of this movement and the conflict of interest between the social classes and their struggles which encourage the country's politics.

Keywords: development, economic growth, crises, Brazil

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

*Mudando andei costume, terra e estado,
Por ver se se mudava a sorte dura;
A vida pus nas mãos de um leve lenho.
Mas, segundo o que o céu me tem mostrado,
Já sei que deste meu buscar ventura
Achado tenho já que não a tenho.*
Camões, Sonetos

O segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff foi marcado por uma combinação de crise econômica e crise política desde antes de seu início. Um rememorar de 2014 mostra a escalada de uma postura oposicionista por parte dos meios de comunicação dominantes, de partidos e movimentos políticos contrários ao rumo assumido pelas decisões do governo, escalada sustentada por uma dissidência crescente das classes dominantes em relação à Presidência da República e sua equipe econômica chefiada por Guido Mantega. Um alarmismo completamente despropositado em relação à inflação, pouca coisa mais alta do que a média de dez anos anteriores, e à redução dos superávits fiscais, uma decorrência necessária das medidas anticíclicas adotadas na tentativa de reverter a desaceleração do crescimento, foi usado para influenciar a opinião pública e reduzir o apoio popular ao governo. Tudo isso preparava o terreno para uma disputa eleitoral muito renhida e que as oposições já davam como ganha quando foram surpreendidas pela vitória de Dilma. O resultado eleitoral foi decidido pela postura mais combativa assumida pela candidata em defesa das ações e propostas voltadas à consolidação e ao alargamento das conquistas sociais levadas adiante nos três mandatos petistas anteriores, em contraposição às propostas neoliberais de seu rival.

Recém-contados os votos, e diferentemente do que fazia crer o discurso de campanha, antes mesmo de assumir, o novo governo fez um gesto decisivo em direção à capitulação diante dos interesses da alta finança e anunciou um ajuste fiscal e o abandono das políticas anticíclicas. Muito antes das eleições, ainda em 2013, um primeiro movimento nessa direção já havia sido dado quando teve início o endurecimento da política monetária através do aumento dos juros e do corte do crédito, numa concessão desnecessária ao alarmismo sobre a inflação. O anúncio do novo ministro encarregado da economia, um economista de banco identificado com o neoliberalismo, confirmou a mudança de direção.

O movimento aparentava repetir o que fez Lula em seu primeiro mandato, quando conduziu Antônio Palocci ao cargo. Com bom trânsito entre a burguesia paulista, e secundado por um nome de Wall Street no Banco Central, Henrique Meireles, o médico convocou um grupo de economistas neoclássicos para sua equipe, garantindo a continuidade da política econômica ortodoxa do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ao mesmo tempo, militantes do PT e de movimentos populares assumiram os ministérios encarregados de conduzir as políticas sociais de combate à pobreza e redução das desigualdades.

Naquela conjuntura a manobra teve êxito. A situação econômica melhorou, houve redução da inflação, uma revalorização do real e melhora da situação fiscal. Da mesma forma, o crescimento econômico foi retomado e atingiu um patamar algo superior ao período FHC, puxado pela alta de preços de produtos primários no mercado mundial e consequente aumento de sua produção doméstica e, principalmente, pela elevação da demanda interna, consequência do crescimento da renda disponível da classe trabalhadora decorrente da elevação dos salários e do emprego, do massivo processo de inclusão resultante do sucesso das políticas sociais e de um forte movimento de expansão do crédito.

Durante toda sua octaetérde, Lula equilibrou seu governo sobre os dois lados de uma contradição social inconciliável. Para alcançar o feito de conformar antagonistas, assumiu a marca da ambiguidade política, acenando uma vez para o MST e outra para os representantes do agronegócio, à direita para banqueiros e à esquerda para bancários, a torto para trabalhadores e a direito para empresários. Isso foi possível em razão da conjuntura de aceleração do crescimento econômico que se abriu desde 2004, na qual o desequilíbrio do balanço de pagamentos foi superado, os indicadores fiscais melhoraram, a inflação caiu e o emprego se ampliou. Os novos ventos da economia permitiram uma combinação de aumentos reais dos salários dos trabalhadores, redução da pobreza e melhora de todos os indicadores sociais com redução da desigualdade, em razão do avanço do emprego e do aumento do gasto público. Ao mesmo tempo, foi possível um crescimento dos ganhos do capital em razão da preservação de alguns elementos chave da ortodoxia macroeconômica: juros elevados, livre movimentação de capital e superávit fiscal, que se combinaram ao próprio efeito do crescimento, ampliando o investimento.

Nesse ambiente em que todos ganhavam, foi criado o espaço fiscal utilizado para ampliar o investimento público em programas de infraestrutura e para dar suporte financeiro ao investimento privado via empréstimos dos bancos estatais. No front internacional, os saldos comerciais decorrentes da enorme demanda por bens agropecuários e minérios a preços crescentes e o ingresso de capitais estimulado pela política monetária de metas de inflação propiciaram a superação do crônico problema do endividamento externo e tornaram possível o fim do monitoramento do FMI sobre a política econômica brasileira.

A crise financeira internacional de 2008 provocou uma inflexão nessa trajetória de crescimento, motivando uma queda no PIB em 2009. Com o fôlego acumulado dos resultados dos anos anteriores, um conjunto de medidas contracíclicas foi posto em ação, alcançando, a partir de 2010, sustentar por alguns anos a reversão dos efeitos da crise. O déficit governamental foi ampliado via desonerações fiscais e expansão do gasto e a política monetária afrouxada, com redução dos juros e um novo ciclo de ampliação do crédito. Infelizmente para o governo, o aumento do déficit público e a pressão inflacionária proveniente do câmbio e dos preços administrados deram base a uma crescente oposição à sua política econômica, ao mesmo tempo em que o consumo, que fora decisivo para o crescimento até então, começava a se deparar com seus limites na expansão decrescente do emprego, da renda do trabalho, das transferências sociais e do endividamento das famílias.

Uma contraofensiva renhida da ideologia neoliberal teve início na metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Sustentado em um realinhamento massivo das classes dominantes em oposição à linha política do governo, esse movimento defendeu um ideário baseado nas credences rasas dos agentes atuantes no mercado financeiro, o substrato das ideias que, traduzidas em linguagem científica por economistas da academia, são vulgarizadas pelos brocados dos chamados “economistas de

mercado” e divulgadas *ad nauseum* e de forma monocórdica pela mídia¹. No interior da burguesia nativa teve lugar uma reafirmação da hegemonia de sua fração financeira que, reforçada por suas vinculações internacionais, tornou o rentismo opção preferencial de modalidade de acumulação de capital. A guinada da política econômica no segundo mandato evidenciou uma tentativa de conquistar o apoio da finança ao preço do afastamento de sua base original, os trabalhadores organizados e os beneficiados das políticas sociais e de desenvolvimento.

O objetivo deste trabalho é lançar alguma luz sobre esse processo com vistas a desvendar suas causas e perscrutar sobre seus desdobramentos possíveis. Num primeiro momento vai-se buscar compreender a natureza da onda de crescimento ocorrida entre 2004 e 2010. Isso será feito a partir da proposição de uma equação do crescimento brasileiro de inspiração marxista. Em seguida, as causas da desaceleração que se seguiu serão identificadas e as ações para fazer-lhe frente analisadas. Por fim, os interesses afetados pelos resultados desse percurso de crescimento e crise, seus efeitos sobre o alinhamento das forças sociais internas, seus vínculos internacionais e em relação ao governo serão avaliados. As alternativas possíveis para o desenvolvimento do Brasil nesta segunda década do século só poderão ser estabelecidas a partir da compreensão desse movimento e do confronto de interesses entre as classes sociais cuja luta anima a vida política do país. O que tem prevalecido, por hora, a hegemonia dos interesses das finanças, resulta no quadro de estagnação sem precedente que o País atravessa.

Qual a rota para o desenvolvimento?

O crescimento é uma característica inerente às economias capitalistas, um resultado necessário da finalidade de valorizar o valor, o “acumulai, acumulai, isso são Moises e os profetas!” das palavras de Marx. Esse mandato é de tal forma peremptório que vem sendo razão necessária à legitimidade dos governos nas democracias constitucionais de hoje. Diferentemente da glória dos gregos ou da vocação dirigente dos romanos, é o aumento do PIB que faz o conceito dos bons governantes da modernidade. Desde a invenção da indústria, as sociedades estão dotadas de forças produtivas poderosas, capazes de tornar o imperativo da acumulação um processo com capacidade para produzir uma melhoria das condições de vida de seus povos. O desiderato do crescimento pode assumir, então, a ideologia do desenvolvimento socioeconômico e prometer um futuro melhor para todos, tornando a valorização do valor abstrato o caminho para o melhor dos mundos, emprestando uma aparência virtuosa ao sistema de exploração capitalista.

Essa capacidade de acarretar melhores condições de vida atingiu seu ponto mais elevado durante os chamados Anos Dourados de depois da II Guerra Mundial, quando os enormes ganhos de produtividade da indústria fordista se combinaram com as políticas sociais do Estado de bem-estar,

¹Além da alegórica comparação do governo com uma dona de casa que “sabe” que não pode gastar mais do que ganha, faz parte desse espírito pueril a crença na fada da confiança e na missão pedagógica do credor investidor cobrando “responsabilidade fiscal” (“*the confidence fairy and the invisible bond vigilante*”). Como brincou Paul Krugman (2010) falando sobre o mito da austeridade: “Quando era jovem e ingênuo, acreditava que as pessoas importantes tomavam posição com base em considerações cuidadosas das opções. Agora sei melhor. Muito do que as pessoas sérias acreditam baseia-se em preconceitos, não em análise. E que preconceitos estão sujeitos à moda e aos modismos.”

distribuído renda e eliminando a pobreza no arco norte-atlântico, coração do sistema mundial. A fase desenvolvimentista da acumulação intensiva e sua regulação monopolista foram encerradas com a crise dos anos 1970. Na nova forma assumida pelo capitalismo desde 1980, quando se constituiu o regime de acumulação flexível e se consolidou a dominação financeira e seu modo de desregulação neoliberal, a convergência entre o primado da valorização, desde então em sua modalidade predominantemente fictícia, e o desenvolvimento entendido como caminho para a melhoria das condições de vida dos povos tornou-se impossível. Ao contrário, o que vem crescendo desde então é um estado de mal-estar para uma proporção cada vez mais majoritária da população mundial.

Diversos autores têm chamado atenção para a realidade de instabilidade inerente ao período recente. Muitos recusam a ideia de classificá-lo como um novo modo de desenvolvimento, preferindo falar em crise continuada, caso dos marxistas (Wallerstein, 2001, Harvey, 2003), ou sucessão de crises (Arrighi; Silver, 2001). Outra interpretação é a que fala em novo estágio de desenvolvimento sob um “regime de acumulação de dominância financeira” ou financeirizado (Chesnais, 1997). Importa reter aqui o conceito de financeirização da riqueza² por sua relevância na explicação das novas determinações do processo de acumulação em escala mundial nos últimos 30 anos, especialmente a característica mais visível que é o baixo crescimento predominante em toda a economia globalizada à exceção do Sudeste Asiático.

O baixo crescimento resulta do processo de acumulação por extorsão³, como chamou David Harvey (2003), isto é, a riqueza passa a ser acumulada não a partir da apropriação do excedente gerado no processo de produção, uma fração da riqueza nova criada, mas através da apropriação de parcelas da riqueza já existente, que simplesmente troca de mão. Sua forma dominante, o dinheiro, pode se multiplicar unicamente por meio da compra e venda de ativos já existentes via privatizações, fusões e aquisições ou negócios em bolsa de valores. A fração financeira torna-se a parcela dominante da burguesia na medida em que a acumulação não necessita de que o processo produtivo seja muito dinâmico. Em escala mundial, basta a indústria asiática para injetar no sistema o valor novo de que necessita; a desregulação, a livre movimentação de capitais e a ortodoxia presidindo a política econômica garantem a liquidez e a lucratividade necessárias à maximização da renda do capital financeiro.

Há, no entanto, um movimento que se espraia por diversos rincões do globo em que a acumulação de capital vem convivendo com inclusão social e melhores condições de vida para a maioria. Um desses lugares em que a exceção vem se materializando é a América do Sul. Desde o começo deste século, e após mais de duas décadas de retrocesso social e econômico, um processo de elevação da renda per capita e melhoria de sua distribuição foi iniciado a partir de, por um lado um novo empuxo da produção de bens agropecuários e minerais para o mercado internacional e, de outro, políticas de geração e distribuição de renda e emprego de natureza endógena. Essa fase de crescimento foi possível pela combinação de um choque da demanda por produtos primários decorrente do

²O fenômeno da hegemonia das finanças é reconhecido por todos. Nos casos de Arrighi (1995) e Wallerstein (2000), é visto como um momento da transição de um ciclo hegemônico para outro, enquanto Chesnais (1997), Desai (2003) e autores brasileiros como Marques e Nakatani (2009) o consideram característica de uma nova fase do capitalismo.

³Na bibliografia em português o termo usado é despossessão, uma má tradução do inglês *dispossession*, que têm o sentido de esbulho.

desenvolvimento asiático, e chinês em especial, e políticas de governo dirigidas à garantia de renda, elevação dos salários e pleno emprego.

Chávez, Evo Morales, Kirchner, Lula e outros surgiram como líderes desse processo, possível antes de tudo por iniciativas políticas dos governos que dirigiram, mas também por uma alteração na conjuntura econômica mundial que permitiu uma mudança na modalidade de inserção externa dos países. Em primeiro lugar pelo enorme crescimento das exportações, depois pelo virtual desaparecimento do problema da dívida externa. Seja através da renegociação, do confronto ou da melhoria nas contas do balanço de pagamentos, a solução para o endividamento internacional abriu uma nova conjuntura e criou o espaço fiscal que possibilitou a execução de políticas públicas promotoras da redução da pobreza e da inclusão social. Todo o continente sul-americano experimentou pouco mais de uma década de avanços econômicos e, principalmente e de forma inédita, sociais.

O que produziu o desenvolvimento?

Entender as razões desse salto adiante e as causas de sua interrupção depois da crise internacional de 2008 requer a identificação das principais variáveis envolvidas no processo e as relações que estabeleceram entre si. O ponto de partida aqui adotado é o da teoria marxista do crescimento. A concepção original formulada por de Marx está expressa no Livro II de O Capital e nas duas importantes leis, a Geral da Acumulação e a da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, apresentadas nos Livros I e III respectivamente. Esses três processos descrevem os mecanismos mais importantes da dinâmica da acumulação de capital e da reprodução ampliada do sistema econômico capitalista. Uma interpretação sucinta e didática dessas ideias de Marx foi apresentada por Meghnad Desai em seu livro “Economia Marxista” (1984). O modelo ali formalizado foi adotado neste trabalho com alguns adendos necessários para torná-lo uma ferramenta capaz de explicar a realidade brasileira, notadamente no que diz respeito às relações do governo e do setor externo com a economia, tópicos que, em razão do nível de abstração e sua consequente e necessária simplificação, não aparecem em Desai e na formulação original de Marx.

Seguindo Marx, Desai centra sua análise da dinâmica econômica nas relações entre os dois grandes setores da economia industrial capitalista, o de bens de produção e o de bens finais, e nos feitos da taxa de exploração, da taxa de lucro e das expectativas dos capitalistas em relação ao futuro dos seus negócios como explicativos do ritmo da acumulação, o crescimento econômico. Os esquemas de reprodução que representam essa dinâmica são limitados pela compatibilidade necessária à interdependência dos dois setores e sofrem a determinação da variação da taxa de lucro e das expectativas.

A equação do crescimento marxista de Desai (1984) define a taxa de crescimento μ como função da taxa de lucro π multiplicada pela proporção do excedente investida α . A formulação de Desai, como já dito, foi feita num nível elevado de abstração, âmbito em que propôs sua interpretação da ideia de dinâmica econômica de Marx. Para os efeitos deste trabalho, foi necessário dar-lhe um grau maior de concretude, tornando-a menos abstrata. Assim, um exercício de aproximação com o real foi feito com a inclusão do fator extra mercado que é o Estado, representado pelo termo γ , o qual corresponde ao que se denomina, na tradição keynesiana, multiplicador do gasto do governo. Também o efeito do comércio exterior foi compreendido na análise através da variável χ . Dessa maneira, o raciocínio é capaz de apreender os determinantes fundamentais do crescimento da economia brasileira;

as decisões dos capitalistas e o que as preside, a ação do governo e seu alcance, e a influência do mercado mundial com seus efeitos sobre o Brasil.

Assim teremos a seguinte equação explicando o crescimento econômico brasileiro:

$$\mu = a.\pi + \gamma + \chi$$

A variável γ representa a relação entre a variação do gasto do governo e a variação da renda,

$$\gamma = \frac{\partial Y}{\partial G}$$

De forma similar, a variável χ simboliza o efeito do comércio exterior sobre a variação do produto,

$$\chi = \frac{\partial Y}{\partial X}$$

A taxa de lucro é dada por:

$$\pi = \frac{1 - s}{k + s}$$

Onde:

$$k = \frac{K}{Y}$$

que é a relação capital-produto, e:

$$s = \frac{S}{Y}$$

que é a participação dos salários na renda nacional.

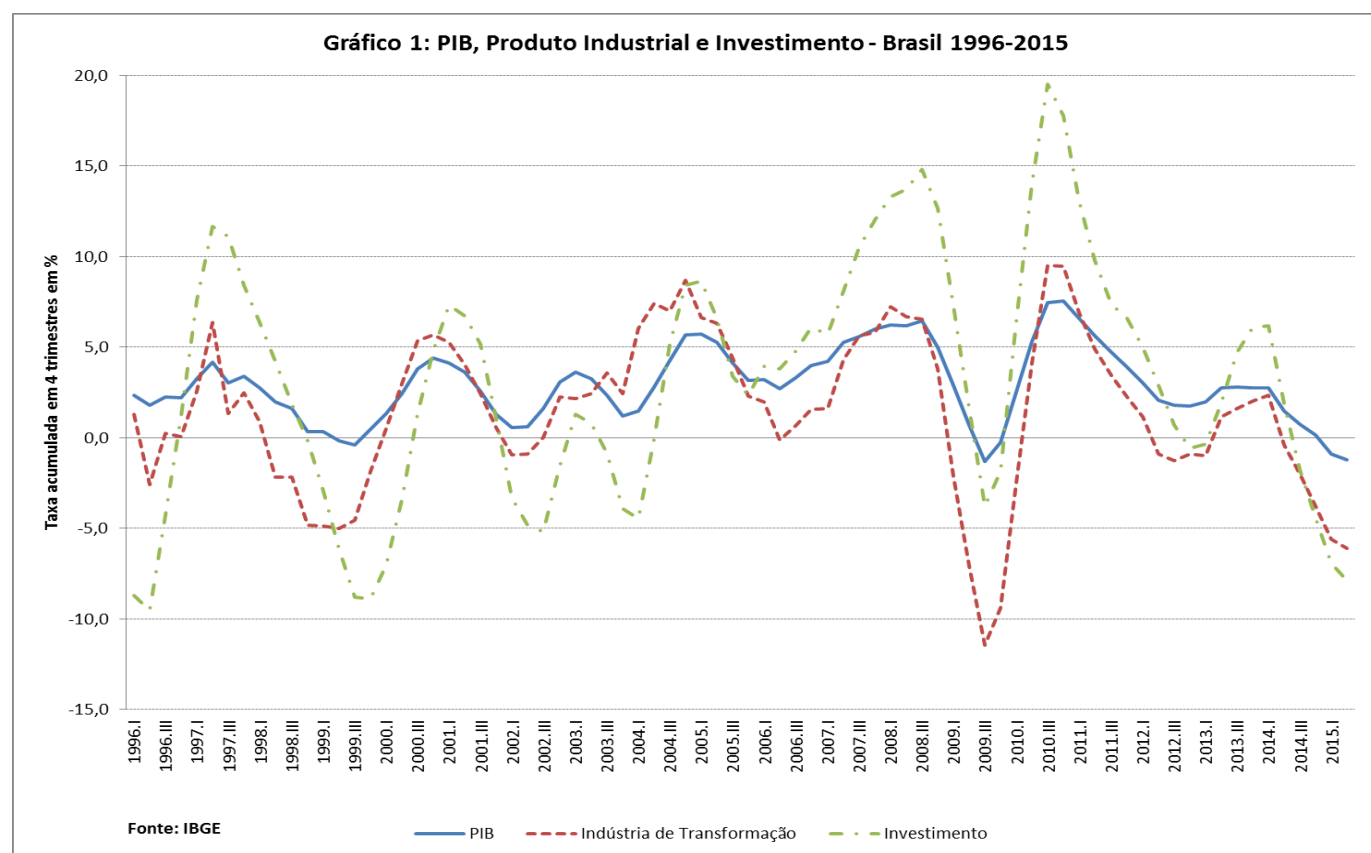
Já a proporção dos lucros que é investida produtivamente depende da expectativa de retorno do investimento, isto é, da taxa de lucro futura.

$$a = f\pi^{t+1}$$

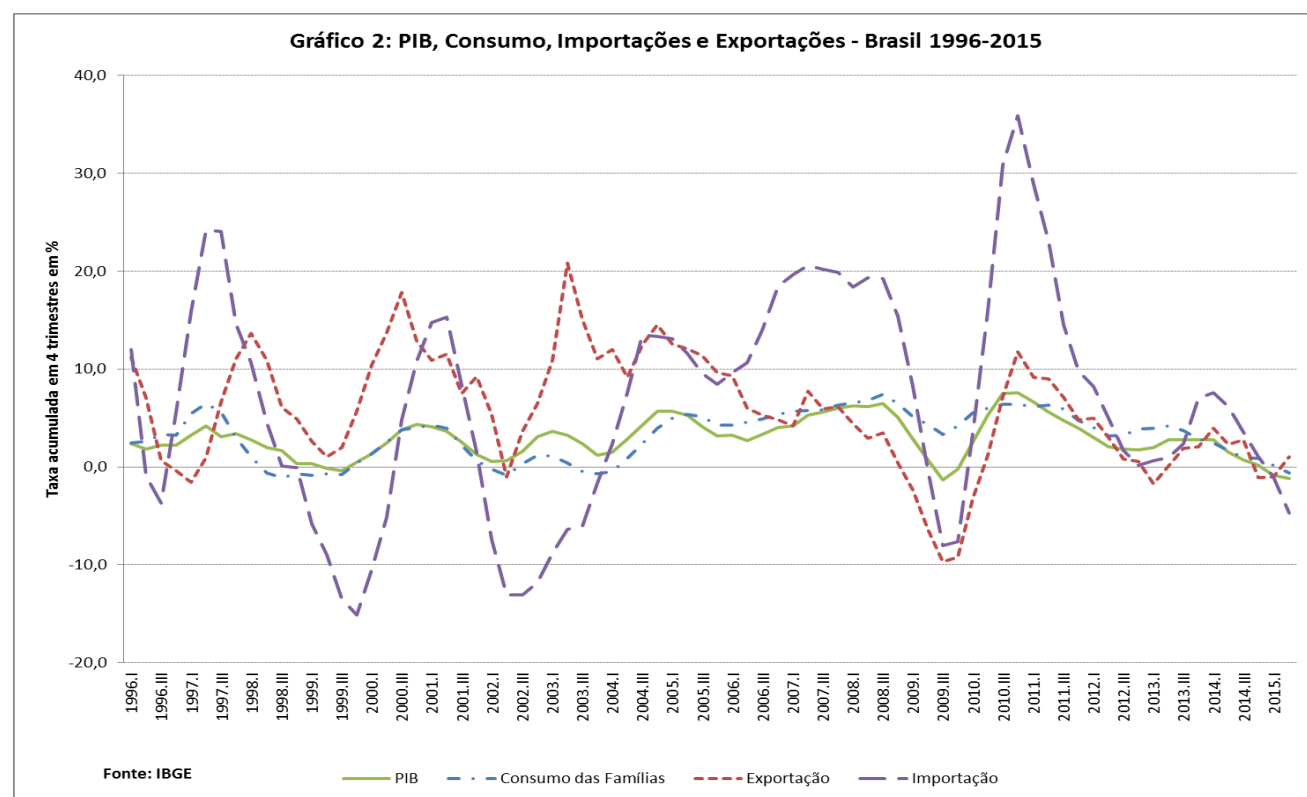
A partir dessas definições podemos avançar na análise.

Como se originou a recente fase de aceleração do crescimento?

O ano de 2004 marcou um ponto de inflexão na trajetória experimentada pela economia brasileira desde 1995, de declínio tendencial da taxa de variação do PIB. De então até 2011 as taxas são crescentes, com um ponto fora da curva de dois trimestres negativos em 2009. Depois disso, a cada ano que passou o desempenho foi piorando, até se repetirem valores negativos em 2015. O Gráfico 1 apresenta essa trajetória do produto comparada com o crescimento da indústria de transformação e com o investimento. A tendência geral dessas três variáveis é a mesma, tendo o PIB crescido em média 2,1% ao ano entre 1996 e 2002, 4,1% entre 2003 e 2011, e apenas 1,6% anualizado entre 2012 e junho de 2015. O crescimento do produto industrial segue as mesmas tendências de expansão e contração, mas com uma variância maior. Da mesma forma, o comportamento cíclico do investimento é similar, com variância ainda maior.



A primeira impressão nos mostra um comportamento em tudo conforme às chamadas Leis de Kaldor sobre a centralidade da indústria no processo de crescimento, inclusive no que diz respeito ao papel do investimento na dinâmica. A questão é o que explica o investimento e o crescimento da indústria? Para Marx (1984, Livro III), a busca do lucro máximo através da competição entre as empresas impulsiona o investimento inovador. O progresso técnico que decorre vem dessa busca por aumentar a taxa de lucro e produz um resultado paradoxal, sua redução no longo prazo em razão do aumento do capital a ser remunerado, isto é, do próprio investimento que fez o crescimento acontecer. Esse movimento, entretanto, é invisível para o capitalista, do contrário não haveria crescimento. Para este, o investimento foi feito porque os lucros eram adequados e sua expectativa futura era de valores ainda mais elevados. O declínio da taxa de lucro só vem a ser conhecido *a posteriori*. Antes disso, a propensão a investir é positiva.



O movimento do investimento no gráfico mostra que o valor de α (a proporção do excedente investida) começou a crescer em 2004 e seguiu positivo até 2012, com um ponto fora da curva em 2009. É preciso avançar no entendimento das razões desse otimismo das empresas em ampliar seu gasto produtivo.

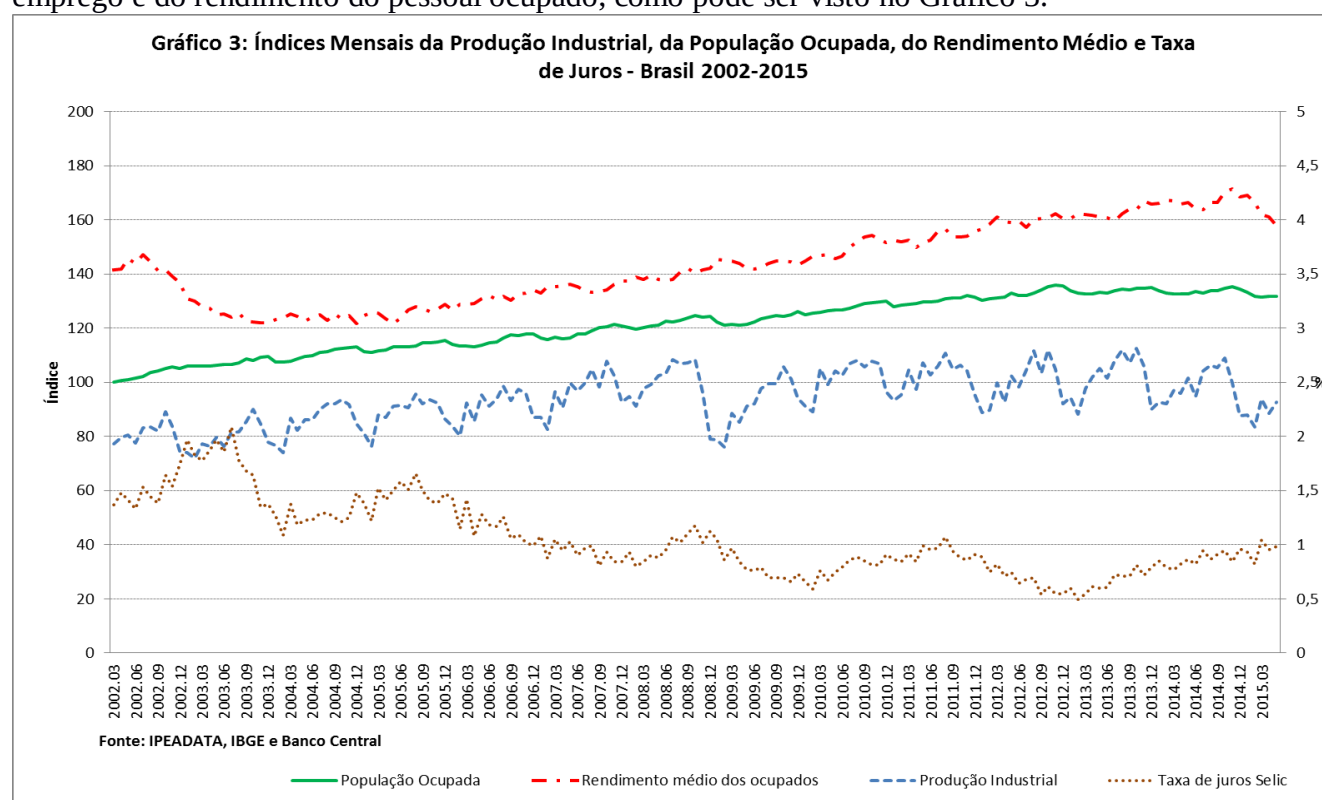
A pergunta começa a ficar menos nebulosa quando passamos a examinar o Gráfico 2, que incorpora alguns novos elementos à análise no sentido de aproximá-la mais um pouco do real. Nele podemos identificar o movimento da demanda que indica a perspectiva dos dois mercados para onde se destina a produção nacional. O mercado interno, que tem mais de 60% de seu movimento explicado pelo consumo das famílias⁴, e o mercado externo, onde as exportações respondem à variação da procura internacional

As tendências seguidas pelas variáveis plotadas no gráfico indicam direções opostas para o consumo doméstico e as exportações. Enquanto o primeiro teve a mesma inclinação do PIB, tanto no período de expansão entre 2004 e 2011, quanto na desaceleração posterior, as exportações experimentaram um desempenho inverso. Se adicionarmos o fato de as importações terem mostrado um comportamento de aceleração na fase ascendente, podemos ver o quanto a variável χ teve valor negativo no período. Se o chamado “boom das commodities” da primeira década do século pode ser

⁴O consumo do governo e os investimentos correspondem aos restantes 35 a 40%, dependendo do período.

explicação do bom desempenho de economias como as do Chile ou Venezuela, não foi o caso brasileiro, pois a contribuição das vendas externas ao produto nacional agiu em sentido inverso, suas taxas caíram quando as do PIB subiram. O maior proveito que o Brasil tirou do ciclo de preços internacional foi uma melhora substancial da situação do balanço de pagamentos e a oportunidade de acumular um volume considerável de reservas, fazendo desaparecer o espectro da dívida externa que por décadas assombrou o país (ver Gráfico 5).

No que respeita ao mercado doméstico, o que se verificou foi um crescimento motivado principalmente pela expansão do consumo acelerada pelo aumento do investimento. A contribuição fundamental para esse movimento foi dada pela indústria de transformação⁵, que apresentou uma expansão continuada entre 2004 e 2014, embora modesta.⁶ Essa expansão da produção industrial foi combinada com uma melhora considerável do mercado de trabalho, onde houve crescimento do emprego e do rendimento do pessoal ocupado, como pode ser visto no Gráfico 3.



Muito antes da redução relativa do consumo, a expansão industrial, que já era fraca, desacelerou. Conforme Diegues (2015), tal resultado decorreu do que chamou “doença brasileira”, uma adaptação regressiva da indústria nacional que levou a seu encolhimento e vinculação subalterna a

⁵A agropecuária também teve uma evolução bastante positiva no período. Em 2002 a área cultivada era de 40 milhões de hectares que produziram 97 milhões de toneladas de grãos. Em 2014 foram plantados 57 milhões de hectares nos quais foram colhidas 193 milhões de toneladas (Gomes; Cruz, 2015).

⁶O índice de produção industrial medido mensalmente pelo IBGE estava, em outubro de 2014, 8,9% maior do que em 2002.

certas cadeias mundiais⁷, ao mesmo tempo em que se reorganizava para auferir ganhos extraoperacionais, especialmente no mercado financeiro, no sentido de tornar a rentabilidade da empresa conforme à lógica da financeirização e o mais que possível desvinculada do resultado da produção.

A expansão do consumo das famílias foi um resultado combinado da ampliação da massa salarial em razão do emprego crescente e das políticas públicas que tiveram por meta a melhora na distribuição da renda e a redução da pobreza através de um substancial aumento das transferências governamentais às populações alvo de políticas como o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação continuada⁸. Na mesma direção contribuíram as políticas de ampliação da cobertura previdenciária e de valorização do salário mínimo⁹.

Além disso, em que pese a camisa-de-força que sempre representou a continuidade do regime de metas de inflação, houve espaço para a redução da taxa de juros, como pode ser visto no Gráfico 3 e que se verificou entre 2005 e 2012. Mais ainda, uma opção por expandir o crédito às famílias e às empresas¹⁰ foi levada adiante através de uma ação agressiva dos bancos públicos e de uma completa reformulação do papel do BNDES que, de banco das privatizações como havia sido convertido na gestão FHC, voltou a ser o principal agente financiador do investimento. Para tanto, foi capitalizado por fundos públicos, o que fez subir sua capacidade financeira até tornar-se maior do que o Banco Mundial¹¹. Tal iniciativa impulsionou a utilização de crédito, um recurso pouco usual no Brasil, fazendo sua proporção em relação ao PIB elevar-se de 26,1% em 2002 para 47,2% em 2012, seu ponto de máximo. Dessa evolução os bancos públicos participaram com uma proporção crescente que iniciou em 9,8% e atingiu 19,2% do PIB nos dois anos. Entre 2013 e 2014 o crédito caiu para 46,2% do PIB.

A partir do início de 2013, formou-se um movimento alarmista em relação à inflação, cuja pressão sobre o governo alcançou a reversão da tendência de redução dos juros. As razões dessa pressão não têm a ver com o comportamento dos preços, pois as taxas vieram declinando depois de 2011, de 6,5 para 5,9% em 2013. A escalada da taxa Selic no período seguinte foi inócua em relação à inflação, pois esta voltou a crescer até 6,4% em 2014.

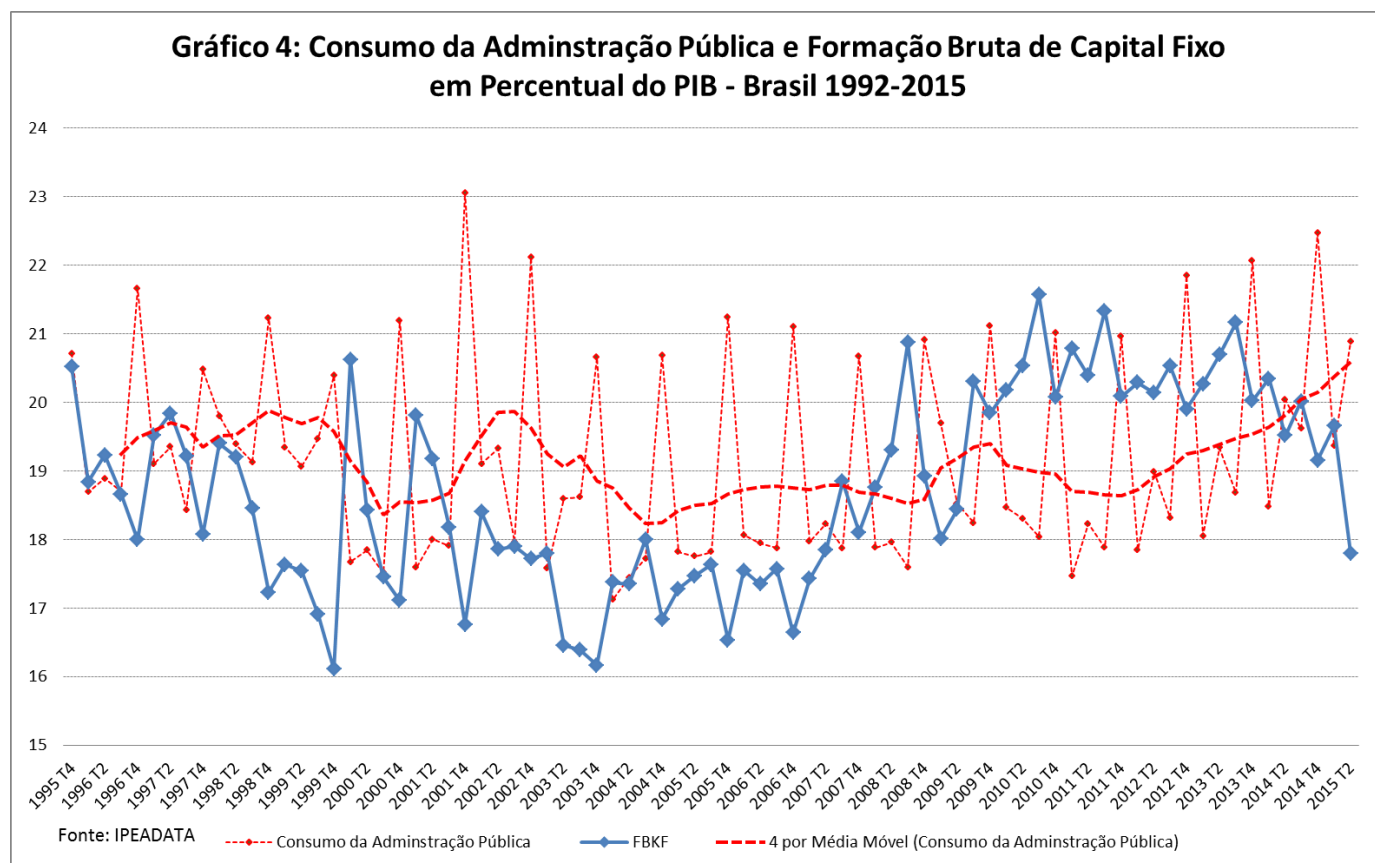
⁷Em 1995 a indústria de transformação tinha um coeficiente de penetração das importações de 10,4%, que subiu para 14,5% em 2005 e 20,4% em 2014 (Gomes; Cruz, 2015).

⁸O coeficiente de Gini no Brasil evoluiu de 0,589 em 2002 para 0,495 em 2013, enquanto a taxa de pobreza decresceu de 33,2% da população em 2002 para 12,8% em 2013 e aquela da pobreza extrema foi de 8,9 para 4,0% no mesmo período (Gomes; Cruz, 2015).

⁹A cobertura previdenciária ascendeu de 62,7% para 71,5% da população economicamente ativa entre 2002 e 2013 e o valor do salário mínimo cresceu 187,9% no mesmo período (Gomes; Cruz, 2015).

¹⁰A decisão de expandir o crédito é reveladora da falácia do regime de metas de inflação. Se seu objetivo fosse manter a inflação a partir do diagnóstico de que esta é sempre de demanda, como reza a cartilha, o crédito precisaria ser contraído. Essa contradição da política monetária revela que o real objetivo é manter os juros altos pelos juros altos, isto é, para sustentar a transferência de renda do Tesouro para os aplicadores do mercado financeiro.

¹¹Em 2011 o BNDES tinha US\$ 370 bilhões em ativos contra US\$ 313 bilhões do Banco Mundial (Pinto, 2012).

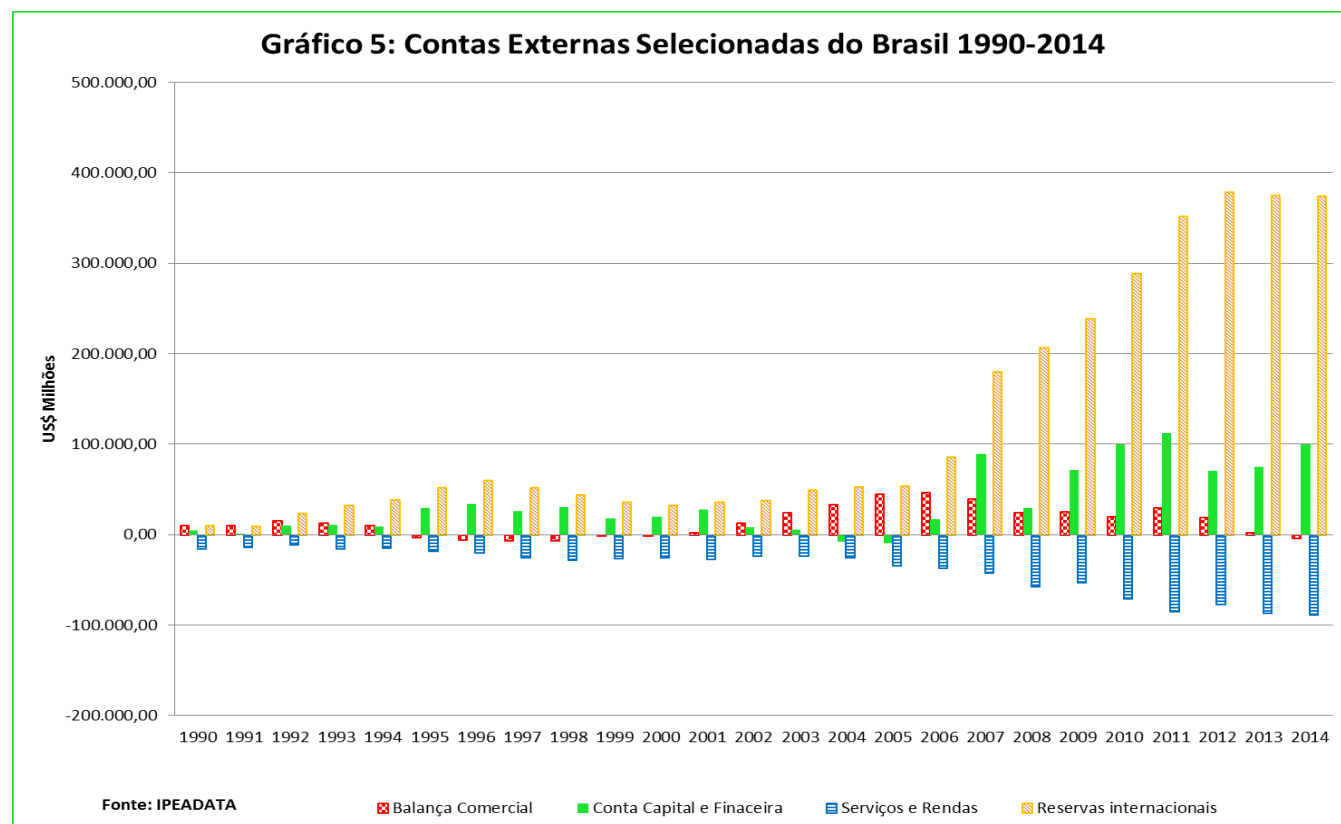


O aspecto mais relevante da contribuição do Estado para o crescimento é o que aparece no Gráfico 4, o gasto público. Essa grandeza tem dois componentes principais, o gasto corrente, consumo da administração pública e o investimento, participação na formação bruta de capital fixo. Para as duas variáveis, o ano de 2004 representou um ponto de inflexão. O consumo do governo passou a representar uma proporção crescente do PIB desde então, com uma pequena redução entre 2010 e 2011, seguida de novo impulso crescente em 2012-15¹². Uma aceleração similar pode ser vista no investimento (FBKF), dessa vez com uma mudança de tendência em 2012 que não só permaneceu como se aprofundou depois. O papel do investimento público se manteve constante, crescendo de 1,2% do PIB em 2004 para 2,8% em 2014, com especial importância para as empresas estatais, responsáveis por 1,0% e 2,1% do PIB, respectivamente (Gomes, Cruz, 2015). A pequena queda de 2011 foi logo revertida no investimento público, diferentemente do que se passou com o setor privado.

O comportamento do investimento privado, como costuma acontecer nas análises das economias capitalistas, é o objeto obscuro, um continente negro, lugar dos grandes mistérios. Seu valor depende das variáveis π e α , a taxa de lucro e a proporção deste que se torna investimento. Sobre a

¹²Foi incluída no gráfico uma linha de tendência com a média móvel trienal do consumo do governo para melhor visualização, uma vez que a variável apresenta um forte comportamento sazonal.

primeira, discutiremos mais adiante. Já a propensão a investir resulta da percepção do ambiente econômico em que as empresas operam e que vai indicar a tendência do lucro futuro (π^{t+1}). É essa percepção a responsável pela formação do estado de ânimo (“*animal spirits*”) dos empresários.



Se no período desenvolvimentista ou keynesiano do século XX esse estado de ânimo dependeu de reações padronizadas frente aos sinais da política econômica, especialmente das iniciativas de gasto, no período atual tais padrões se desfizeram. A recente idolatria da fada da confiança não foi capaz de criar um novo arquétipo, até porque seus pressupostos são tão radicalmente diferentes dos anteriores que é difícil imaginar uma transformação tão profunda no conjunto de crenças dos empresários. Ainda mais quando, como resultado do predomínio da visão ortodoxa sobre a política econômica, os sinais emitidos com vistas a gerar uma disposição gastadora das empresas são os de fazer uma aposta dobrada na austeridade.

Voltando ao tema do papel do mercado externo, se não foi responsável pelo crescimento recente, até o contrário disso, como vimos, a melhora das contas externas resultante teve uma decorrência benéfica visível no Gráfico 5. O crescimento das reservas internacionais foi o melhor resultado desse desempenho positivo. Mesmo quando o saldo comercial caiu, a conta capital compensou.

Por que se esgotou?

A interrupção do crescimento que se verificou depois de 2012 foi, como soem ser os fenômenos econômicos, consequência de um processo complexo, multideterminado, que afetou negativamente diversas das fontes da expansão anterior. Começando pelo consumo das famílias, sua desaceleração resultou do decréscimo dos ganhos marginais da massa salarial. Conforme foi visto no Gráfico 3, o volume do emprego – número de pessoas ocupadas – apresentou queda depois de um pico em novembro daquela ano. De forma semelhante comportou-se o rendimento médio dessas pessoas, sofrendo, igualmente, uma desaceleração de seu crescimento desde 2012, chegando, inclusive, a reduzir-se em termos reais depois de outubro de 2014.

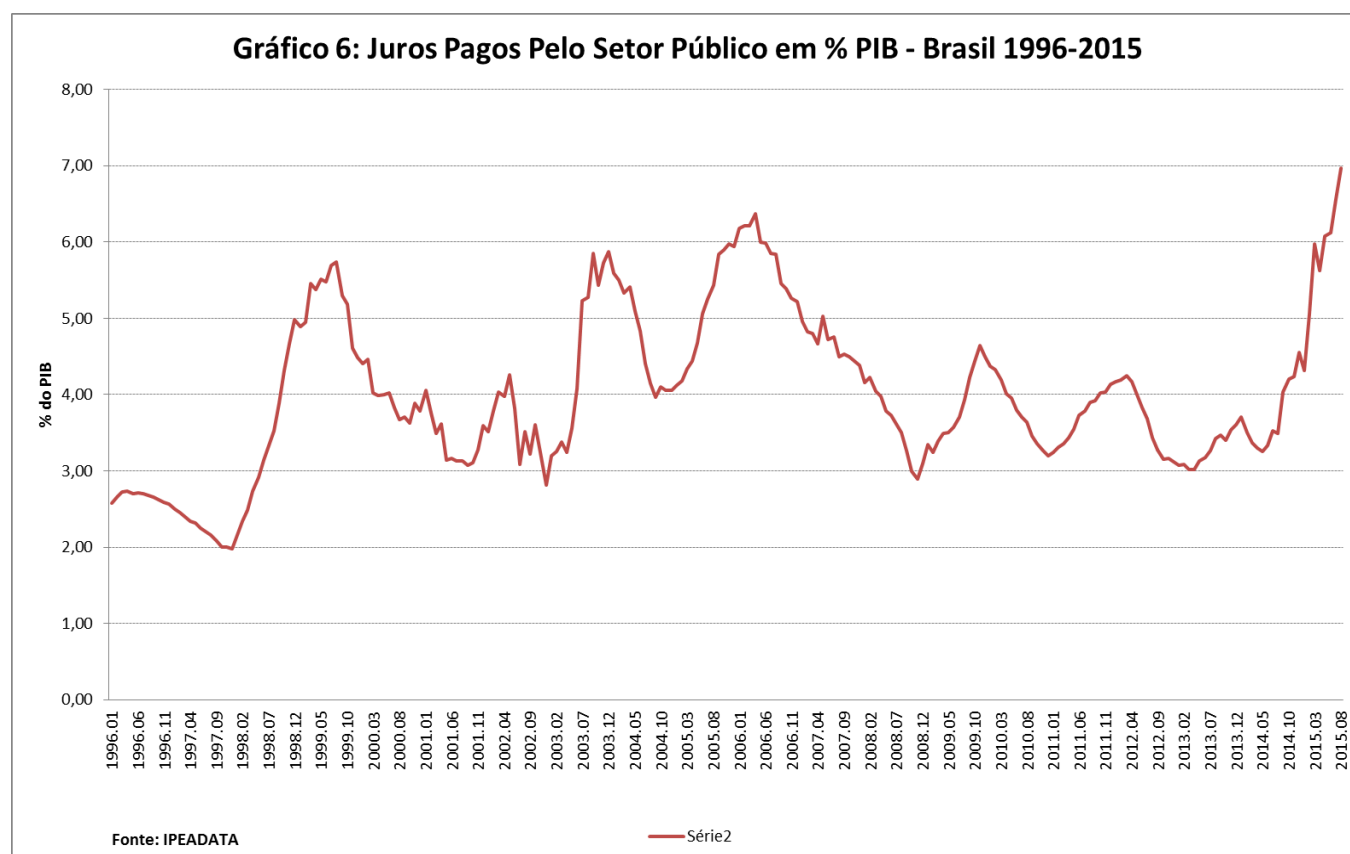
A essa circunstância se somou o aperto monetário iniciado pelo Banco Central em 2013, com elevações sucessivas da taxa Selic que se estenderam 2015 adentro. A desaceleração do consumo foi precedida pela desaceleração do investimento e da produção industrial em meados de 2011. Nesse mesmo ano houve a queda do investimento público federal, que estava num patamar de 2,7% do PIB em 2010 e caiu para 2,3% em 2011, vindo a recuperar-se lentamente até chegar aos 2,8% do PIB de 2014. Mesmo que o consumo do governo tenha-se mantido crescente, o efeito dessa redução do investimento contribuiu para a piora do desempenho global da economia que se seguiu. A variável γ reduziu sua contribuição positiva para o produto.

Se, como vimos, o comércio exterior teve efeito negativo em todo o período, resta ver o papel da propensão a investir e da taxa de lucro. Em relação à primeira, nossa variável a , é importante frisar a influência do já referido fenômeno da financeirização sobre a decisão de investir. O exuberante crescimento das finanças mundiais – mas também das brasileiras – nos últimos trinta anos criou um fortíssimo incentivo ao recurso da preferência pela liquidez. As inúmeras possibilidades de reprodução ampliada do valor na forma dinheiro – e sem necessidade de sua metamorfose na forma mercadoria ou na forma produtiva e dos riscos inerentes a essas passagens – vêm sendo sustentadas, no Brasil, fundamentalmente pela componente ortodoxa preservada na política econômica. Aos ganhos com a arbitragem cambial possibilitada pela livre movimentação de capitais e ao redesconto garantido de qualquer ativo, por mais tóxico que seja, praticados em todo o mundo, somam-se as taxas de juros extremamente elevadas vigentes no país sobre uma dívida pública que goza de elevada confiança. Por essa razão, a opção por reter o capital na forma monetária tem sido, permanentemente, uma alternativa bastante lucrativa.

O ambiente criado por esse novo padrão de gestão macroeconômica instituiu as circunstâncias em que, em última instância, os lucros financeiros tornaram-se provenientes da apropriação de valor já existente. O mecanismo se dá, seja na forma já mencionada que Harvey chamou acumulação por extorsão, ou esbulho – uma repetição do antigo mecanismo da acumulação primitiva –, seja pela transferência de renda do Estado através dos pagamentos aos credores da dívida pública. No caso brasileiro, o primeiro mecanismo foi bastante utilizado nos anos 1990, no processo das privatizações e na onda de fusões e, sobretudo, aquisições de empresas nacionais por investidores, principalmente estrangeiros. Já o segundo mecanismo aparece no Gráfico 6, onde estão plotadas as proporções da

renda nacional transferidas pela União e Banco Central¹³ aos donos de aplicações financeiras lastreadas em títulos públicos, na forma de pagamento de juros.

A curva mostra, com oscilações conjunturais em razão de variações na política monetária, um movimento ascendente até 2006, fruto do aumento da parcela do PIB apropriada na forma de rendimentos financeiros. No período seguinte e até 2013, houve uma reversão dessa tendência, tendo os juros se reduzido de 6,2% para 3,1% do produto no começo daquele ano. A já mencionada capitulação do Banco Central frente às pressões por um arrocho monetário produziu um novo movimento crescente da taxa de juros e elevou os ganhos de renda financeira a 6,97% do produto interno em agosto de 2015, proporção que deve ser ampliada pela trajetória declinante do PIB.



Se a inflação foi um pretexto, como afirmamos acima, a motivação deste reenquadramento da política monetária na perspectiva da finança foi a inconformidade dessa fração da classe dominante com a redução de seus ganhos.

O Plano Real foi inaugurador dessa circunstância de juros tão elevados no Brasil para compensar queda da renda apropriada na forma de remuneração de aplicações financeiras. Então foi a

¹³As demais esferas de governo também contribuem para esses pagamentos principalmente via transferências à União em razão do endividamento entre os entes federados.

compensação pela perda do imposto inflacionário, que no Brasil era apropriado pela alta finança, a motivadora da enorme elevação da taxa de juros realizada pelas autoridades monetárias na segunda metade dos anos 1990¹⁴. No período de 2006 em diante houve um esforço do governo para extinguir a anomalia brasileira de uma taxa de juros extremamente elevada¹⁵. Fortalecido politicamente, o presidente Lula deu início, naquele momento, a algumas alterações no arranjo macroeconômico liberal. Além da mudança na gestão da moeda, com redução dos juros e ampliação do crédito, do lado fiscal houve uma ampliação do gasto e, também e principalmente, a função histórica de liderar o investimento via obras públicas e inversões das empresas estatais foi resgatada pelo governo.

Essas iniciativas favoreceram um aumento da proporção dos lucros investida (*a*), abrindo perspectiva para a canalização de uma parte da liquidez financeira para investimento, que se amplia até 2010. Aparentemente uma parcela significativa da burguesia seguiu a direção indicada pelas iniciativas governamentais. Por que essa circunstância se alterou depois daquele ano?

É pacífico que a crise internacional teve um papel importante na criação de um estado de ânimo negativo, do que fala de forma eloquente o mergulho de 2009. No entanto, as ações contracíclicas da gestão econômica foram suficientes para a enérgica retomada de 2010. Nos anos seguintes e até 2014, o governo redobrou a aposta na ampliação do crédito, desonerações fiscais e expansão do gasto (Marques; Andrade, 2015), mas os resultados não se repetiram. E não que a crise internacional tivesse recrudescido. Embora a Europa tenha se mantido em estagnação, com sua insistência na ortodoxia fiscal, a situação dos EUA foi de relativo alívio e a China seguiu crescendo, mesmo que a taxas menores. Apesar da reversão no preço das commodities, cujo efeito sobre o Brasil não foi significativo, o ambiente externo se manteve o mesmo. Foram as fontes internas do crescimento que se esgotaram. E se essa realidade tem causas econômicas, o plano da política teve uma contribuição decisiva para a degeneração do quadro econômico e político que se instalou no país (Marques; Andrade, 2015, Souza; Feraz, 2015).

É possível dizer que a expectativa sobre os lucros esperados tornou-se negativa para a maior parte das empresas por duas razões. A primeira foi a própria percepção do movimento declinante do emprego e da renda e seu efeito sobre o consumo, indicadora de retração de vendas futuras.

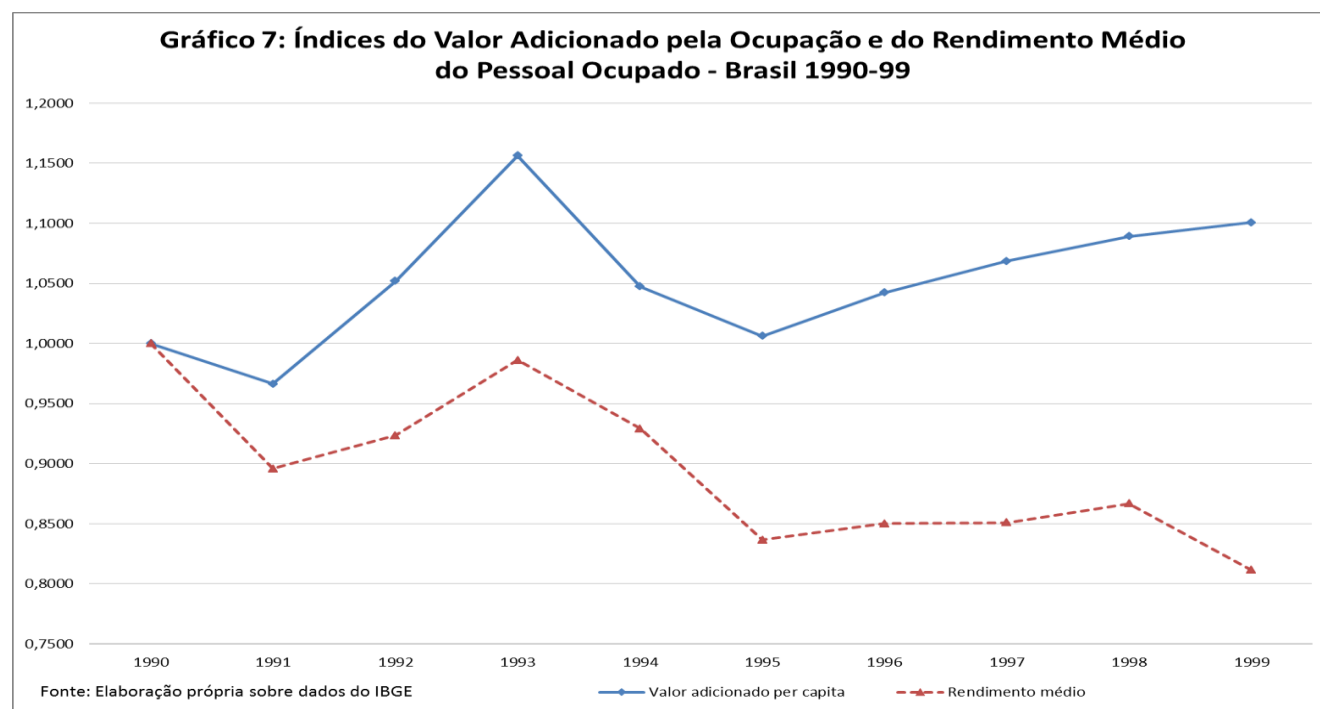
A segunda razão pode ser identificada como resultado de um movimento de contração das margens de lucro. Na especificação de nosso modelo de crescimento, vimos a centralidade dessa variável e estabelecemos seus determinantes: a participação dos salários na renda e a relação capital-produto. No que respeita à primeira relação, o processo de aumento real dos salários iniciado ainda no primeiro mandato do Presidente Lula teve impacto relevante na distribuição funcional da renda no país. Medida na forma de sua participação no PIB, a evolução dos salários, que fora negativa entre 1995 e 2004 (queda de 35,2% para 30,8%), melhorou significativamente desde então, conseguindo alcançar os 38,6% em 2011 (Gomes; Cruz, 2015). Para não produzir uma pressão declinante sobre a taxa de lucro, esse movimento precisaria ser compensado por uma redução dos requisitos de capital na produção ou da relação de valor entre o capital e o produto.

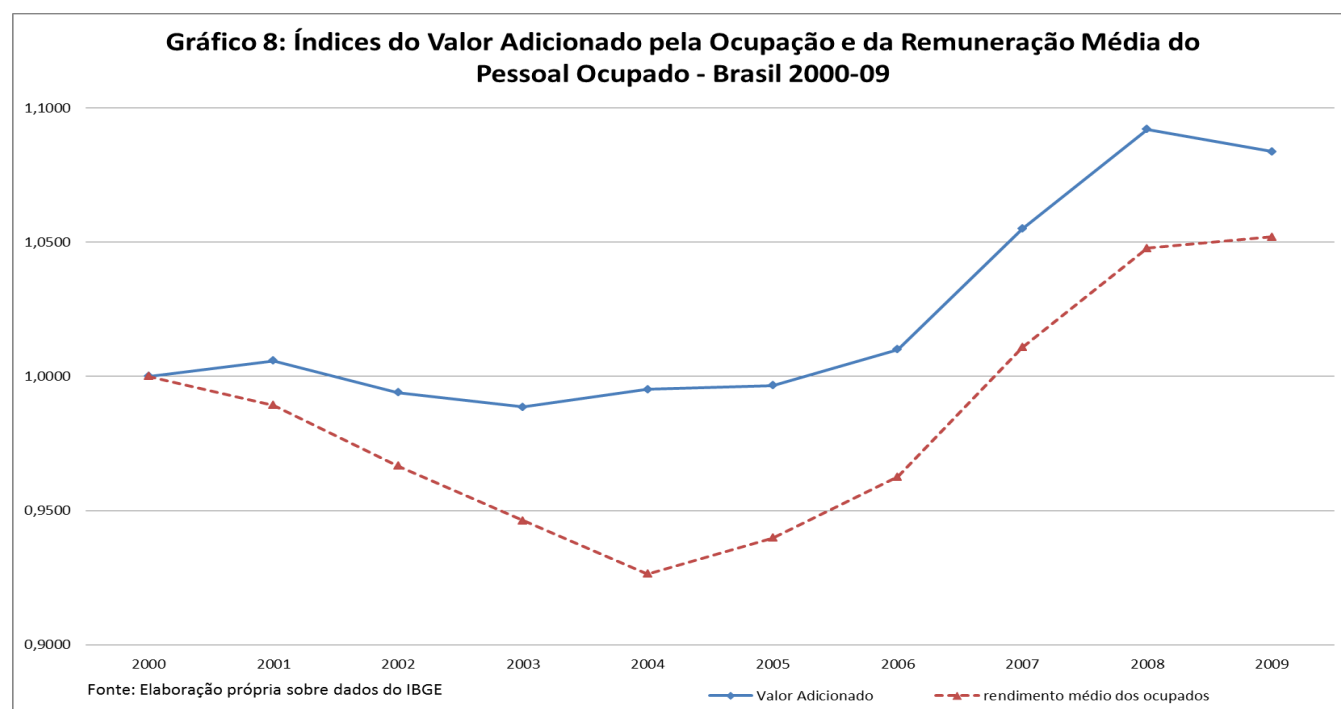
¹⁴Diferentemente, entretanto, naquele momento o próprio governo se antecipou às queixas dos banqueiros, jogando os juros “à lua”, como disse um presidente do Banco Central, e criando um programa de refinanciamento de ativos podres das instituições financeiras, o PROER.

¹⁵Desde a estabilização em meados dos anos 1990, o Brasil esteve sempre presente na lista das maiores taxas de juros do mundo.

Uma maneira de aproximarmo-nos dessa realidade de forma indireta é considerar a evolução da produtividade do trabalho em comparação com o salário real. Os gráficos 7 e 8 foram desenhados a partir dos dados do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, que estima o pessoal ocupado na produção, sua remuneração e o valor adicionado de todas as atividades da economia brasileira. A partir dessas estimativas, calculamos a evolução do rendimento médio real e do produto real por trabalhador como indicadores da evolução do salário real e da produtividade. Os valores a preços constantes foram obtidos com a utilização do deflator implícito do PIB. Para evitar inconsistências e garantir sua uniformidade, as séries foram divididas em dois períodos, 1990-1999 e 2000-2009.

Na última década do século passado, o movimento tendencial do salário real foi declinante, enquanto o da produtividade foi crescente. Ambas as variáveis apresentaram uma oscilação negativa por ocasião do Plano Real, entre 1994 e 1995, retomando a orientação anterior na segunda metade do período, como mostra o Gráfico 7. Na sequência, visível no Gráfico 8, a tendência declinante da remuneração do trabalho persiste até 2004, enquanto o valor adicionado por trabalhador ocupado permanece estagnado. O sentido geral do movimento entre 1990 e 2004 foi de ampliação da brecha entre produtividade e salário real. Em outras palavras, os ganhos do capital cresceram em todos esses 15 anos.





Por sua vez, o período entre 2005 e 2009 apresentou comportamento bem diverso. Se os ganhos de produtividade tiveram um impulso ainda maior, visível na maior inclinação da curva nessa etapa, o desempenho da remuneração do trabalho comportou-se de forma muito diferente daquela dos anos anteriores. Seguindo a tendência já mostrada pela Pesquisa Mensal de Emprego, vista no Gráfico 3, houve uma ascensão continuada da remuneração real dos trabalhadores ocupados na totalidade das atividades econômicas mensuradas pelo IBGE nas Contas Nacionais. E o que foi o mais relevante, com uma inclinação superior àquela do valor adicionado. Resultado, o hiato entre salários e produtividade se reduziu substancialmente. Mesmo que essa redução não tenha alcançado eliminar o montante dos ganhos anteriores, houve no período uma nítida redução da taxa de remuneração do capital.

Resumindo. Embora tenha se iniciado de forma errática, a opção pelo modelo econômico neoliberal desde o começo da última década do século XX, sob Collor de Mello, alcançou os mesmos objetivos que se concretizaram nos países pioneiros dessa “alternativa para a qual não há alternativa”. Da mesma forma que na Inglaterra de Thatcher ou nos EUA sob Reagan nos anos 1980, houve uma redução da fatia do trabalho na renda nacional e uma ampliação da diferença entre a evolução da produtividade e do salário real. A partir da implantação do Plano Real e até Lula mudar a orientação da política econômica em 2005, o capital acumulou ganhos continuados sobre o trabalho também no Brasil.

Por essa razão, quando fez a opção por outro receituário econômico, Lula começou a sofrer uma rejeição crescente da burguesia, que tivera preservados seus privilégios nos tempos de Palocci no Ministério da Fazenda. Uma nova fase da política nacional começou então.

Quem controla o leme?

O primeiro mandato de Lula inaugurou um arranjo político que se traduziu em permanente tensão entre o projeto de desenvolvimento adotado – de combinar crescimento econômico com redução da desigualdade e da pobreza através do aumento da renda do trabalho e da universalização de políticas de inclusão social – e a garantia de preservação das margens de apropriação do excedente pelas classes dominantes. A arena em que essa tensão se expressou, e nisso se repetiu um fenômeno já conhecido na história do Brasil, a exemplo do conservadorismo também presente nos gabinetes de Getúlio Vargas ou Juscelino Kubistchek, foi a da disputa pela direção da política econômica no interior da coalizão de governo.

Desde o período eleitoral, ainda em 2002, Lula havia firmado compromisso de continuidade da política econômica neoliberal. E assim o fez, preservando a mobilidade irrestrita dos capitais, a autonomia do Banco Central na gestão das metas de inflação, a “responsabilidade fiscal” traduzida na reserva de uma parcela da receita para financiar o pagamento dos juros da dívida pública (o chamado superávit primário) e a redução desta como proporção do PIB, além de dar continuidade a algumas das “reformas” propostas por esse ideário, como a da previdência. Essa circunstância, entretanto, manteve uma margem de manobra suficientemente ampla para permitir a introdução de um conjunto de mudanças no campo das políticas sociais e mesmo na gestão econômica onde as novidades foram introduzidas no plano das iniciativas com efeito a mais longo prazo¹⁶.

As políticas públicas na área social receberam um substancial reforço de financiamento que possibilitou a conquista de metas muito ambiciosas, como a virtual extinção da fome. Além das já mencionadas iniciativas de redistribuição de renda via assistência social e política salarial, educação e saúde tiveram minimizado seu crônico subfinanciamento, o que permitiu uma ampliação considerável de sua cobertura, especialmente no ensino médio e superior e na atenção básica à saúde. Os resultados dessas políticas produziram uma ampliação das bases sociais de apoio ao governo. Para além das frações organizadas das classes populares, como o movimento sindical urbano e rural (CUT, CTB, Contag), organizações populares de comunidades urbanas, sem-terra e sem-teto (MST, CMP), setores populares não organizados passaram a emprestar apoio ao governo, dando lugar ao que Singer (2009) chamou “lulismo”.

Por outro lado, e de forma negativa, o governo veio a perder o segmento que imprecisamente é chamado de classe média tradicional, o grupo social de renda mais elevada e escolaridade superior (médicos, engenheiros, advogados, burocracia gestora empresarial e pública). Esse fenômeno não foi decorrente do resultado específico de alguma política pública¹⁷, mas, em parte, da perda de singularidade do partido do governo, o PT, que com o exercício do poder passou a ser visto como tendo adquirido os mesmos vícios dos demais. Além disso, a mobilidade social que teve lugar e ampliou o que, também de forma imprecisa, passou a ser chamado de “nova classe média” (profissionais especializados, pequenos empreendedores, donos de pequenos negócios, burocracia empresarial

¹⁶Até porque as ferramentas teóricas que apoiam as decisões do “mercado” (o *bond vigilante*) são incapazes de perceber qualquer coisa que vá além do curto prazo de sua miopia econômica.

¹⁷Alguns casos isolados geraram forte resistência, a exemplo do programa Mais Médicos ou da reforma da previdência pública, mas na percepção da opinião pública forma bem aceitos.

subalterna), está na origem do mal-estar causado pela percepção de uma banalização de direitos outrora tidos como privilégios (acesso a viagens aéreas, consumo de bens duráveis como ao automóvel). Sua praia fora invadida.

A burguesia praticou uma oposição militante e unitária ainda no período eleitoral, basta recordar, por exemplo, o ataque especulativo ao real em 2002, que levou a uma cotação próxima dos R\$ 4,00 por dólar, só atingida outra vez 13 anos depois, em 2015. Na medida em que o compromisso com a continuidade macroeconômica foi preservado, entretanto, essa unidade opositora foi sendo abalada.

Um novo movimento do governo resultou em algumas iniciativas econômicas importantes e com efeito político positivo. Assim que a recuperação se iniciou, foi sendo desenhado um programa de investimentos em infraestrutura, depois sistematizado no PAC; uma nova política industrial priorizando o princípio do conteúdo nacional foi implantada e um novo patamar no financiamento à produção industrial, agrícola e de construção, alicerçado na ação dos bancos públicos, foi instituído. Esse conjunto de ações alcançou superar em parte a resistência da classe dominante, ao contemplar algumas de suas frações com oportunidades de lucro crescentes, como o setor de petróleo e gás, o agronegócio, a construção civil e a indústria automotiva.

Da mesma forma, o marco regulatório de algumas atividades, como energia e concessões no setor de transportes, foi alterado depois de intensa disputa, a qual resultou, aparentemente, num compromisso satisfatório às frações burguesas interessadas. Mesmo a alta finança internacionalizada, bancos e demais instituições, apesar de ter de se haver com uma taxa de juros declinante e com a concorrência dos bancos públicos, manteve condições de rentabilidade expressivas, mesmo no período 2006-2012.

As posições assumidas publicamente pelos líderes dos segmentos mencionados faziam crer num apoio às políticas do governo. A hipótese com que podemos trabalhar de momento aponta a compressão das margens de lucro como a mais provável causa real da dissidência burguesa. As concessões que passaram a ser feitas por Dilma, principalmente após a escolha de Joaquim Levy para o ministério, foram insuficientes para recuperar o apoio que, muito provavelmente, nunca teve. Pior ainda, tais concessões foram lidas como um gesto de fraqueza que só fez aumentar a combatividade da oposição.

As conclusões que podemos tirar do ocorrido apontam para um tipo de fenômeno que os americanos chamam tempestade perfeita. Em primeiro lugar, a interrupção de um ciclo de crescimento do consumo e do investimento não por seu esgotamento, mas pela impossibilidade de se criar uma nova modalidade de financiamento. Seria preciso uma nova opção à mera ampliação de uma dívida pública que paga uma das maiores taxas de juros do planeta. As alternativas, seja a ampliação da tributação sobre capital ocioso, seja a redução do custo do endividamento público, permanecem no index dos interditos da política nacional, sob o veto das classes dominantes.

Em segundo lugar, o nó político que paralisou a capacidade de iniciativa do governo precisaria ser desatado. Mas essa opção requereria a reconquista da legitimidade só possível com a recomposição pelo governo de seu apoio na sociedade que, por sua vez, depende da opção por uma alternativa factível de saída da crise e da eleição dos beneficiários a serem contemplados ao longo do caminho e que sejam compatíveis com a retomada do crescimento econômico. Está claro que, sempre que os interesses da finança se impuseram, com sua forma ociosa de apropriação do excedente por outros

criado, e os exemplos são inúmeros, o resultado foi, como entre nós, estagnação da produção e pauperização da sociedade.

Por fim, uma batalha no plano das ideias precisaria ser travada para que a financeirização e a submissão da sociedade à lógica da mercadoria não pareçam o único caminho possível. Se a milenar instituição do mercado vem existindo nas mais diversas formas de organização da economia social, sua modalidade específica capitalista, que só tem quinhentos anos, também já mostrou capacidade de assumir diferentes formas. Essas variedades de capitalismo têm, historicamente, coexistido com maiores ou menores limites ao mecanismo autorregulado do mercado, o imperativo da lei do valor em disputa permanente por sobrepor-se aos desígnios da subsistência da sociedade. O “moinho satânico” vai sempre querer girar sua mó da valorização abstrata triturando a vida das pessoas. Mas quem conseguirá impor a uma classe dominante tão resistente qualquer compromisso com um projeto de sociedade mais solidário?

Bibliografía

- Alves Jr., Antônio J. Austeridade fiscal e expansão da infraestrutura: uma combinação impossível. *Revista Política Social e Desenvolvimento* 22, Ano 03, jul 2015.
- Arrighi, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto e São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- Arrighi, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da UFRJ, 2001.
- Chesnais, F. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: n. 1, 1997.
- Desai, Meghnad. *Economia marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- Desai, Meghnad. *A vingança de Marx: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal*. São Paulo: Códex, 2003.
- Diegues, Antônio C. Desindustrialização e Doença Brasileira. *Revista Política Social e Desenvolvimento* 22, Ano 03, jul 2015.
- Faria, Luiz A. E. O Colapso da Pirâmide Financeira. *Indicadores Econômicos FEE* v. 36, n. 4, 2009.
- Faria, Luiz A. E. The value of the concept of hegemony for international relations. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v.2, n.3, Jan-Jul, p.209-232, 2013.
- Gomes, Gerson; CRUZ, Carlos A. S. *Vinte Anos de Economia Brasileira 1995-2014*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2015, http://www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=133&view=finish&cid=152&catid=7 (acesso em 19/08/2015).
- Harvey, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- Krugman, Paul. Myths of Austerity *The New York Times*, July 1, 2010. <http://www.nytimes.com/2010/07/02/opinion/02krugman.html> (acesso em 20/08/2015).
- Marques, Rosa M.; ANDRADE, Patrick R. Brasil 2003 – 2015: balanço de uma experiência “popular”. *O Olho da História*, n. 19, 20 e 21, Salvador (BA), agosto de 2015.

- Marques, Rosa M; Nakatani, Paulo. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- Marx, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (V. I), 1984 (Vs. II e III). (primeiras edições, 1867 e 1894).
- Pinto, Henrique A. C. *Estruturação de Projetos no BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES. <http://www.sinaenco.com.br/downloads/BNDES%20AEP.pdf>. (acesso em 22/10/2015)
- Singer, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85, Novembro de 2009.
- Souza, Francisco E. P.; Ferraz, João C. ¿Quo vadis, desarrollo brasileño? IN: BÁRCENA, Alicia; Prado, Antonio. *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Santiago: CEPAL, 2015.
- Wallerstein, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.
- Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

